

# Habitação Social e a cidade latino-americana

Rafael Soares Gonçalves<sup>1</sup>

Leandro Benmergui<sup>2</sup>

Maria Cristina Cravino<sup>3</sup>

O presente número da revista *O Social em Questão* reúne trabalhos sobre a Habitação Social e a cidade latino-americana em diferentes perspectivas disciplinares, temporais e espaciais. As contribuições incluem historiadores, arquitetos, urbanistas, assistentes sociais, antropólogos e sociólogos do Brasil e da América Latina. No seu conjunto, os nove artigos do dossier refletem algumas das múltiplas perspectivas a partir das quais a questão da moradia e do habitat popular continua a ser um instigante objeto de pesquisa. Entre os temas abordados, encontramos muitos que, a partir do presente, nos incitam a ler o passado. O dossier se divide em três blocos de artigos. Aqueles mais voltados para a produção e circulação de conhecimentos sobre o urbano na virada dos séculos XIX e XX; um segundo grupo de artigos se volta mais para a emergência de projetos modernizadores de moradia nas décadas seguintes ao pós-segunda-guerra e um terceiro grupo porta uma reflexão sobre projetos atuais de habitação.

Em um esforço de análise transnacional, no contexto latino-americano, é extremamente importante analisar as circulações de conhecimento, compreendendo os pontos de "encontros" e as "zonas de contato" (JOSEPH, 1998; PRATT, 1992), nas quais os atores envolvidos são transformados por meio de formas distintas de apropriações, negociações e resistências. As particularidades do local no estudo das questões do habitat e da moradia também participam de processos históricos mais amplos, que contribuem para aqueles de estruturação urbana, incluindo a produção da desigualdade e da própria informalidade. Dentro dessas perspectivas, o presente dossier pretende estimular a compreensão

das diferentes questões locais dentro de contextos mais globais e por meio de processos históricos transnacionais. Assim, a habitação não é apenas parte das divisões locais e políticas municipais, estaduais e nacionais, mas também integra circuitos de produção de conhecimento global com a circulação de teorias, discursos, práticas e pessoas, tais como acadêmicos, consultores internacionais, especialistas, militantes e representantes do setor público, interessados na transformação urbana das sociedades latino-americanas.

A circulação do conhecimento em planejamento urbano e habitação tornou-se uma das áreas de interesse acadêmico renovado na história urbana nos últimos anos (DELGADILLO e JAJAMOVICH, 2020). Diferentes disciplinas vêm problematizando a cidade e a habitação como objeto de conhecimento no pensamento científico e nas políticas públicas. A cidade latino-americana também foi produto de representações, discursos, políticas públicas e iniciativas privadas (GORELIK, 2005). Isso, naturalmente, não relativiza os próprios processos materiais de emergência, transformação e permanência que moldam os espaços urbanos formais e informais. Essas representações, discursos e práticas foram se delineando a partir da circulação de conhecimentos produzidos nos encontros entre técnicos, especialistas, consultores, profissionais em geral, cientistas sociais, diplomatas, consultores e membros de organizações multinacionais, entre tantos outros.

Ora, desde a segunda metade do século XIX, a América Latina interessou-se pelos processos de urbanização da Europa e, um pouco mais tarde, da América do Norte. O continente tornou-se também objeto de interesse do debate realizado nesses locais, sobretudo com o crescimento das metrópoles latino-americanas (ALMANDOZ, 2002 ; NOVICK 2009; ATIQUE, 2010). Políticas públicas ligadas a projetos de modernização urbana demonstram essa circulação de conhecimentos, que conectou as diferentes cidades do continente com os debates internacionais sobre o urbano e a moradia. Assim, o processo de apropriação local da reflexão internacional sobre tais temas se manifesta

pela seleção de diversas experiências urbanas, ajustadas às condições específicas de cada cidade. A ênfase na circulação não implica a ideia de "traduções" ou "adaptações", mas de seleções e apropriações específicas de forma que os saberes circulantes são partes de um processo de retroalimentação nos quais tais saberes transformam e são transformados quando se encontram.

Assim, modelos teóricos, políticas públicas e mesmo a construção de equipamentos coletivos marcam a paisagem das cidades do continente e dialogam com circulações mais amplas. Projetos pioneiros de urbanização de favelas de Lima nos anos 1960, por exemplo, retroalimentaram intervenções em inúmeras cidades, como, por exemplo, os projetos de urbanização do Rio de Janeiro. Por sua vez, a experiência do reconhecido Favela-Bairro dos anos 1990/2000, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi alçado a modelo para várias cidades latino-americanas e mesmo de outros continentes. Alguns anos mais tarde, com a emergência da noção de urbanismo social na Colômbia, são as cidades desse país que passaram a influenciar várias intervenções ao redor do continente. Assim, teleféricos e bibliotecas-parques se espalharam por diversas metrópoles. Esse processo de circulação e apropriação poderia ser estendida a diversas dimensões da reflexão urbana latino-americana, como, por exemplo, as políticas de policiamento comunitário, regularização fundiária, o estímulo aos ônibus articulados em vias segregadas, os grandes projetos de renovação das zonas portuárias a partir do caso de Porto Madero em Buenos Aires (JAJAMOVICH, 2018), a política neoliberal chilena de produção de moradia social ou a apropriação por várias cidades do modelo do orçamento participativo de Porto Alegre.

O foco do presente dossier se volta mais especificamente para o debate sobre a habitação social. Tal debate, desde sua origem, tem sido vinculado à Questão Social. Peter Hall (1988), no clássico texto *Cities of Tomorrow*, afirma que, apesar do passar dos anos, as cidades são sempre concebidas como lugares de agitação social, dege-



neração e pobreza e que o medo de protestos e revoltas dos setores populares permanece latente. As medidas voltadas para a habitação social são permeadas de discursos morais e se baseiam no pânico da burguesia pelas agitações políticas nesses bairros. Apesar do cunho político inerente às intervenções e reflexões do campo do urbanismo, observa-se um esforço em construir um discurso tecnicista, fortemente influenciado por correntes higienistas e reformistas, de forma a evitar debates mais estruturais sobre as inúmeras expressões propriamente urbanas da Questão Social.

Nesse contexto, é importante compreender que a informalidade urbana surge não apenas como produto das desigualdades nas formas de regulamentação da terra e da ausência de políticas consistentes de habitação social, mas também do próprio processo de planejamento urbano, que determinou como informais modelos já existentes, mas que foram paulatinamente marginalizados pelas regulamentações urbanas locais (GONÇALVES, 2021). Discursos e políticas públicas no campo da habitação do início do século XX se apresentavam, assim, com fortes características de controle social, revestiam-se muitas vezes de discursos racializados sobre a pobreza urbana e eram atravessados pelos debates empreendidos nos campos da medicina, da criminologia, assim como do próprio urbanismo.

As ciências sociais, a partir dos anos 1920 e 1930, entram também no campo da habitação e começam a formular, sobretudo nos Estados Unidos, diversos estudos voltados para a compreensão dos bairros de imigrantes, da marginalidade urbana e da pobreza com base em trabalhos empíricos. Assim, a chamada Escola de Chicago preocupava-se com os bairros populares e os grupos sociais que ali viviam, com ênfase especial nos temas referentes a uma pretensa desorganização social (VALLADARES, 2010).

Nesse contexto, formulou-se paulatinamente uma gama importante de trabalhos que associavam os bairros populares latino-americanos à marginalidade, sobretudo a partir do segundo-pós-guerra. A figura

paradigmática das diferentes teorias da marginalidade seria a noção de “cultura da pobreza”, cunhada pelo antropólogo Oscar Lewis (1972). Tal noção centrou-se mais no comportamento social dos indivíduos e não nas condições sócio-urbanas ou econômicas dos grupos desfavorecidos. Sua pesquisa, realizada principalmente em cidades latino-americanas, orientou as políticas públicas em particular para o comportamento dos grupos familiares, em vez de refletir sobre as mudanças estruturais que o crescimento urbano acelerado suscitava. Como será apontado em vários artigos deste dossier, a preocupação com a disciplina dos setores urbanos populares esteve (e ainda está presente) em diferentes programas de habitação e planejamento urbano.

No entanto, vários autores (MACHADO DA SILVA, 1967; GOLDRICH, PRATT e SCHULLER, 1967; TURNER, 1968; CONN, 1969; LOMNITZ, 1973) já postulavam, a partir dos anos 1960, a centralidade dos mecanismos de reciprocidade social dos habitantes dos assentamentos populares para a reprodução social por meio da criação de redes de ajuda mútua e redistribuição dos recursos à sua disposição, ou seja, tais trabalhos identificavam que as práticas populares não eram necessariamente representativas de condutas marginais, mas, ao contrário, dialogavam plenamente com o conjunto da sociedade e já revelavam arranjos criativos em termos de organização social, mobilização política e gestão de recursos escassos.

Da mesma forma, nesse período do segundo-pós-guerra, grande parte das metrópoles latino-americanas foram profundamente influenciadas pela arquitetura modernista. Ora, a emergência do urbanismo é uma expressão dentre outras da extensão dos domínios de intervenção do Estado, que acompanha a construção das sociedades contemporâneas. Assim, a arquitetura funcionalista também se voltou à reflexão sobre a produção de habitação social (ARAVECCHIA-BOTAS, 2016). Da mesma forma, a classificação e delimitação dos bairros informais se construíram em interação com a elaboração teórica, normativa e regulamentar sobre esses espaços. O esforço em normatizar,

zonar e sanear a cidade pressupõe definir e delimitar o seu reverso, ou seja, aquelas áreas que não estariam nos contornos da norma estabelecida e, por consequência, do projeto societário almejado (GONÇALVES, BAUTÉS e MANEIRO, 2018).

De acordo com tais posições, era necessário gerar mudanças de atitude nos setores populares. O planejamento urbano, o Serviço Social e a arquitetura, dentre tantos domínios de intervenção social, foram utilizados para provocar mudanças nos "padrões culturais" por meio da transferência de habitantes de assentamentos informais para habitações transitórias para que pudessem "se adaptar" às formas modernas de vida urbana. No caso do Rio de Janeiro, foi o caso, por exemplo, dos parques proletários provisórios erguidos no decorrer dos anos 1940 para "preparar" os habitantes de favelas para residir em moradias consideradas normais. O curioso é que tais parques, construídos de madeira, de forma provisória, já eram considerados favelas poucos anos depois de inaugurados (GONÇALVES, 2013).

À medida que as alternativas desenvolvimentistas apontavam para uma nova era de modernização por intermédio dos saberes tecnocráticos e da especialização, a circulação de especialistas em nível pan-americano aumentou. No bojo de organizações internacionais, como a Organização dos Estados Americanos, as Nações Unidas e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), inúmeras questões foram objeto de debate no contexto latino-americano: a habitação rural e urbana, os sistemas e formas de construção, a financeirização da moradia e a transição do rural para o urbano. Nesse contexto e com base nas teorias da modernização, da dependência ou da marginalidade, os espaços de pobreza, como as favelas, foram sendo compreendidos como espécies de aldeias nas cidades. O contexto mais específico da Guerra Fria fez do debate sobre a moradia social uma das áreas de intervenção política no continente. Em plena ressaca da revolução cubana, os Estados Unidos, por meio das atividades da Aliança para o Progresso, procuraram enquadrar iniciativas habitacio-

nais em programas de desenvolvimento com fins políticos em diversos países do continente (BENMERGUI, 2009 e 2021; GORELIK, 2017; HEALEY, 2020; KWAK, 2015; OFFNER, 2019). A forte centralidade do debate habitacional se manifestou também nas intervenções do BID e das agências de governo dos EUA.

Tais políticas mudaram completamente a paisagem das cidades latino-americanas, aumentaram exponencialmente a periferização das moradias populares e a segregação de parcelas importantes da população. Isso suscitou críticas contundentes, como as do arquiteto inglês John Turner (1976). A partir da observação das experiências inovadoras de autoconstrução na cidade de Lima, Turner constatou que, com suas próprias mãos, os habitantes projetam suas casas, as constroem e investem de acordo com suas necessidades e capacidades. Em contraste com as opiniões centradas na precariedade desses espaços, sua reflexão salientava os aspectos positivos da autoconstrução, que começaria a ser gradativamente integrada nas políticas públicas de habitação. Criticando o paradigma da provisão formal em massa de moradia periférica por parte do Estado, enfatizava a "liberdade de construir", que permitia maior flexibilidade nos processos de construção, mais adaptados às condições econômicas e as distintas demandas familiares. A reflexão de Turner, como de Hardoy e Satterthwaite (1987), implicava também em um questionamento dos projetos de remoção dos assentamentos informais para as moradias construídas nas franjas das cidades. As habitações produzidas pelos próprios usuários eram mais bem localizadas e mais aptas a satisfazer às suas necessidades do que aquelas produzidas pelo Estado de forma padronizada.

Em relação às lutas dos setores populares urbanos, podemos observar que houve múltiplas experiências que articularam grupos de profissionais das áreas de planejamento urbano, arquitetura e ciências sociais em geral com organizações sociais locais, a fim de propor respostas mais adequadas às demandas dos moradores, mediante mecanismos participativos e de autogestão. Essa perspectiva orien-

tou diversos programas públicos de financiamento da autoconstrução, incluindo aqueles patrocinados por organizações internacionais, sobretudo a partir dos anos 1970.

Nesse mesmo período, os debates latino-americanos sobre urbanização tomaram um rumo mais economicista, baseado em grande parte nas teorias da dependência, que postulavam, no campo dos estudos urbanos, a ideia de uma urbanização dependente da região (SINGER e CARDOSO, 1972; SINGER, 1973; SCHTEINGART, 1973; ALMEIDA, 1978 e PEREIRA, 1979). As ciências sociais se concentraram, assim, nas consequências sociais de processos econômicos mais estruturais. Tais abordagens, de cunho mais funcionalista, consideraram que parte da população não estava devidamente integrada na dinâmica econômica, política ou social.

Algumas leituras marxistas do fenômeno urbano, como a reflexão do economista colombiano Pradilla Cobos (1982) se posiciona de forma crítica às soluções de produção da moradia pelos próprios moradores mencionadas anteriormente. Ele sustenta que a autogestão da moradia constitui uma forma de sobre-exploração capitalista da força de trabalho, contribuindo para reduzir o custo da mão-de-obra, já que a autoconstrução absorveria parte dos valores referentes à reprodução dos trabalhadores. Assim, a perspectiva marxista adverte sobre os problemas estruturais das cidades latino-americanas e o problema de sobrecarregar os setores populares, já amplamente explorados, com trabalho suplementar, deixando-os responsáveis por construir suas próprias casas e providenciar melhorias para seus locais de moradia. Nesse contexto, podemos nos referir também à reflexão de Lucio Kowarick (1979) de espoliação urbana para aludir ao duplo processo de espoliação dos trabalhadores: de um lado, por meio da exploração da força de trabalho e, de outro, na exploração indireta dos trabalhadores pela ausência ou forte precariedade de serviços coletivos nos seus locais de moradia.

Por sua vez, o debate sobre a informalidade urbana se consolida em projetos de urbanização de favelas em diversas cidades da América

Latina a partir dos anos 1980. Tal reflexão se desdobrou, sobretudo a partir dos anos 1990, em projetos de regularização fundiária, já no auge do *boom* neoliberal na região. O economista peruano Hernando De Soto teve forte centralidade nesse debate. O seu conhecido livro *El otro sendero* (1987) denunciou os altos custos da formalidade e propôs a regularização dos assentamentos informais como uma oportunidade para liberar as forças do mercado nessas áreas. Valorizava, assim, as práticas informais, mas as denominava como uma espécie de capital morto e centrava sua reflexão na formalização massiva via mercado.

No entanto, nem todas as propostas de titulação desse momento foram orientadas nesse sentido. Outras abordagens foram baseadas nas demandas dos moradores e, junto com a regularização fundiária, preconizavam o acesso a serviços públicos e melhorias habitacionais. Pelo menos em teoria, foram os casos das propostas formuladas pelo movimento da Reforma Urbana no Brasil, que se basearam, em forte medida, nos princípios do Direito à Cidade.

Entretanto, agências multilaterais de fomento, como o Banco Mundial e o BID, adotaram a proposta desotiana, que era mais fácil de implementar, menos onerosa e significava a inserção ao mercado formal de uma massa enorme de práticas e bens considerados informais. Justifica-se também tais medidas dentro do escopo dos programas para reduzir a pobreza desses órgãos, que afirmavam que a formalização da propriedade informal permitiria supostamente o acesso ao crédito de uma parcela importante da população. Tratava-se, portanto, de integrar as práticas informais à lógica capitalista como forma de estimular as economias locais e disciplinar os setores populares por meio dos postulados neoliberais.

Dentro de tais postulados, podemos citar também o financiamento em massa de moradia social, sobretudo em áreas periféricas, que foi denominado como o "modelo chileno". Baseado em pesados subsídios públicos, tal modelo conferia aos incorporadores imobiliários à decisão sobre localização e tipologia de construção de um número

significativo de unidades habitacionais. Essa política foi implementada durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1989) e passou por múltiplas modificações durante os governos democráticos subsequentes. Isso implicou em um mercado fortemente estratificado de acordo com a capacidade de pagamento dos indivíduos e levou a décadas de endividamento das famílias envolvidas. Tal modelo foi replicado em diferentes países da região, com nuances, mas, sem dúvida, o México foi quem mais se apropriou do modelo, onde o resultado foi casas pequenas e mal localizadas.

Mais recentemente, no contexto de iniciativas contra a crise econômica de 2008, tal modelo influenciou indiretamente o programa "Minha casa, minha vida" no Brasil, assim como o plano federal de habitação na Argentina. Essas experiências também foram objeto de críticas quanto à localização das moradias, às tipologias habitacionais, assim como à forte financeirização da habitação, sobretudo para o caso brasileiro (CARDOSO, 2013). Essas iniciativas não contavam com financiamentos internacionais e foram assumindo as críticas e insatisfação dos usuários e dos movimentos sociais (CRAVINO, 2012). No caso do Brasil, por exemplo, foi criado o Minha Casa Minha Vida Entidades, que inseriu no escopo do programa parte dessas críticas. Mesmo que o número de unidades construídas tenha sido pequeno, O Minha Casa Minha Vida Entidades permitiu a produção de moradia social diretamente por organizações sociais e não sob o interesse exclusivo dos promotores imobiliários.

Diante desse breve relato sobre a moradia social no continente, apresentamos abaixo o conjunto de artigos, que compõem o presente dossier. Como mencionamos anteriormente, ele cobre um período do final do século XIX até os dias de hoje, abordando diferentes experiências habitacionais na América Latina, com foco na Argentina, Brasil e Chile.

O primeiro artigo, de **Phillippe Artur**, se focaliza sobre a circulação de ideias na América Latina, em particular entre Brasil e Argentina no início do século XX, em relação às possíveis formas de abordar o pro-

blema habitacional dos setores populares. O contexto se caracterizava pela circulação das ideias higienistas, baseadas em relatórios elaborados por médicos e sanitaristas, que seriam debatidos nas esferas legislativas locais de São Paulo a fim de superar o que eram consideradas habitações insalubres dos trabalhadores da época, em particular os cortiços (ou *conventillos* na Argentina), que existiam tanto em São Paulo quanto em Buenos Aires. A precariedade dessa construção se manifestava como uma importante expressão da Questão Social e era abordada em suas diferentes facetas sanitárias, políticas, morais, urbanísticas e propriamente habitacionais.

**Rómulo Mattos**, por sua vez, apresenta uma pesquisa original sobre as ações repressivas da polícia do Rio de Janeiro nas favelas e cortiços da cidade durante a Primeira República do Brasil (1889-1930), demonstrando a articulação entre políticas urbanas e ações punitivas com extrema violência física e ódio racial. O autor se concentra nos registros da imprensa, na literatura e nas obras dos compositores populares para analisar a imposição de uma ordem social capitalista no pós-abolição com o interesse especial em controlar os espaços dos trabalhadores, que estavam em um processo de incorporação da experiência de classe. O artigo resgata também as ações de resistência, que escapam, muitas vezes, da memória dos movimentos sociais, assim como dos estigmas construídos em torno das chamadas "classes perigosas".

O terceiro artigo, de **Daniel Albuquerque Rocha, Henrique Mendes dos Santos e Edilma Soares da Silva**, enfoca iniciativas de produção de moradia social e remoção de favelas, tomando o caso do bairro de Guadalupe e da favela da Vila do Vintém, no Bairro de Realengo, ambos na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos 40 e 50. Essas primeiras políticas habitacionais, tais como as empreendidas pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários ou pela Fundação da Casa Popular, exerceram um papel importante na produção do subúrbio carioca. O artigo demonstra que os habitantes não eram passivos diante das ações do Estado, mas exerciam processos de resistência e

mobilização política para enfrentar as tentativas de remoções de favelas. Tanto os projetos de habitação social quanto as tentativas de erradicação de favelas traziam representações negativas dos grupos populares e se revestiam de elementos moralizadores e coercitivos.

O artigo de **Yuri Gama** trata das políticas urbanas e habitacionais durante a implementação das iniciativas da Aliança para o Progresso na cidade de Recife nos anos 1960, no contexto da Guerra Fria e na tentativa de evitar a ascensão da esquerda junto aos setores populares na América Latina. O autor destaca a importância do estudo da história da habitação popular para ampliar os conhecimentos sobre as cidades. O artigo analisa, ainda, os circuitos de cooperação econômica e assistência técnica norte-americana para a construção de complexos habitacionais. Como analisa o autor, o caso de Recife, no nordeste do Brasil, fez parte desse entrelaçamento e "encontros" de conhecimentos, fazendo da habitação uma das partes componentes dessas "zonas de contato" entre projetos, políticas, conhecimentos e capitais em nível pan-americano.

O quinto artigo, de **María Eugenia Durante**, analisa várias experiências de melhoria de bairros em assentamentos informais em Buenos Aires, conhecidos como *villas*, no início dos anos 70, em um contexto de efervescência e radicalização política do país. Para isso, o artigo descreve as modalidades de aliança entre o movimento de moradores das *villas* e os profissionais da arquitetura em práticas territoriais que adotaram formas participativas populares, abordagens abrangentes, mecanismos de assentamento local da população e a autoconstrução. Isso envolveu a reconstrução do contexto político institucional; a valorização do papel desempenhado pelos profissionais da arquitetura; a organização de coletivos profissionais com seus intercâmbios e debates e a atuação das instituições universitárias.

Além da Argentina, esses projetos de urbanização *in loco*, como mencionado anteriormente, fizeram parte de outras experiências na América Latina, como foi o caso do projeto de urbanização da favela de Brás de Pina no Rio de Janeiro, por meio da iniciativa da Companhia

de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO), descritas pelo arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1979). Por sua vez, essa valorização do conhecimento popular e do próprio investimento dos residentes na autoconstrução de suas moradias já estavam presentes em outras cidades latino-americanas, como foi descrito anteriormente para o caso da cidade de Lima.

**Gabriela Gomes**, por sua vez, apresenta os resultados de pesquisas sobre aspectos pouco conhecidos da relação entre as políticas habitacionais e de assistência durante a ditadura de Augusto Pinochet, mais especificamente entre os anos de 1980 e 1983. Em particular, explora as ações das mulheres voluntárias, lideradas pela esposa do ditador, para gerar ações de economia em suas despesas familiares, fortalecer o papel da figura das mães entre as mulheres dos setores populares e persuadi-las dos benefícios da mudança das famílias para as novas moradias produzidas pelo Estado. Em síntese, o artigo mostra como esses dispositivos – parte de um programa de despolitização do Serviço Social, mas que tinha obviamente promover as melhorias prometidas das condições sociais da população – contribuíram para a construção da legitimidade neoliberal do regime e complementaram as ações no âmbito habitacional.

**Vitor Santos** aborda a implementação de um complexo habitacional em Salvador da Bahia (Cajazeiras) no final dos anos 1970, analisando os conflitos e discursos empregados nos debates mais amplos sobre a cidade. Observa-se, mais uma vez, como foi uma constância nas intervenções habitacionais dos setores populares na América Latina, narrativas de ordem e disciplina, que se contrapõem as experiências locais dos habitantes, voltadas para a reapropriação desses espaços e que incluíam a valorização da memória local. O artigo se concentra em contrastar as memórias de alguns interlocutores do complexo habitacional com os discursos oficiais do governo e da imprensa, que giravam em torno da noção de ordem e progresso e eram repletos de visões pejorativas sobre esses bairros e seus moradores. Isso implicou

em diferentes tensões entre as narrativas de legitimação e/ou deslegitimação dos discursos dos entes públicos e/ou dos habitantes.

O oitavo artigo do dossier, de autoria de **Isabella Santos Corrêa, Joana Valente Santana, Anna Carolina Gomes Holanda e Laira Vasconcelos dos Santos**, enfoca uma política recente de regularização fundiária urbana de interesse social no Estado do Pará (Brasil). Usando uma perspectiva marxista para analisar a produção capitalista do espaço e com base em um trabalho empírico baseado em entrevistas com atores do campo da habitação social naquele estado, as autoras procuraram reconstruir os marcos institucionais e normativos, as características territoriais e as capacidades estatais para descrever e analisar os resultados e as consequências dessas políticas focadas na titulação de terras. Desta forma, consideram, na referida política, a presença de alguns sinais de democratização do acesso à terra urbanizada, de fortalecimento da participação dos habitantes e de um esforço de promoção do direito à cidade.

O último artigo, de **Geisa Bordenave**, apresenta uma pesquisa sobre uma experiência de autogestão habitacional e de acesso coletivo à propriedade no bairro de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro. Tal experiência, denominada de conjunto Esperança, foi desenvolvida por movimentos sociais de luta pela moradia e se beneficiou de recursos do mencionado programa Minha Casa Minha Vida Entidades. A autora concentra sua análise nas dificuldades para conseguir a regularização da propriedade e nas tensões sobre a gestão coletiva do solo urbano. Isso está relacionado ao que a autora chama de opacidade do Estado e aos complexos processos burocráticos para o gerenciamento de tais projetos. Seu trabalho lança luz sobre as temporalidades e dificuldades dos processos de habitação social autogerida.

Este dossier possui, ainda, duas resenhas. **Morena Goñi** resenha a coletânea *Habitar(es) en el siglo 21. Materialidades, Velocidades, Compartires* (2021), organizada por Julieta Barada, Emilia Mosso, Diego Roldán e Carlos Salamanca em que se articulam leituras alternativas sobre o espaço e suas apropriações. Como explica a autora, ao analisar os casos

em sua própria especificidade, a coletânea propõe uma reflexão situada, deslocando a teoria urbana de sua pretensão de totalidade. **Mariana Costa**, por sua vez, resenha o primeiro volume da coleção *Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas* (2021), organizada por Rafael Soares Gonçalves, Mario Brum e Mauro Amoroso. Para a autora, essa obra apresenta um caráter pluralista e inovador, conferindo-lhe um lugar importante na produção historiográfica sobre as favelas cariocas e leitura fundamental para aqueles que se dedicam ao estudo do assunto.

Salientamos, finalmente, que esse dossier também é produto da circulação do conhecimento e de reuniões acadêmicas em nível pan-americano. Nós, os organizadores, apresentamos afiliações institucionais de três países diferentes (Argentina, Brasil e Estados Unidos) e fazemos parte do projeto *A cidade informal no século XX: política urbana e administração de populações*, financiado pelo programa CAPES Print, que busca promover pesquisas sobre esse tema por pesquisadores do Brasil e da América Latina. Diante da existência de inúmeros grupos de pesquisa, que vêm mantendo novo ímpeto nos estudos sobre as cidades latino-americanas, o presente dossier pretende contribuir com novos casos, perspectivas e visões para ampliar, ainda mais, o campo de horizontes possíveis de pesquisa da questão da moradia social no continente.

## Referências

ALMANDOZ, Arturo, *Planning Latin America Capital Cities*, London: Routledge, 2002.

ALMEIDA, Fernando Lopes de (Org.). *A questão Urbana na América Latina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce. *Estado, arquitetura e desenvolvimento*. A ação habitacional do Iapi. São Paulo: Editora UNIFESP, 2016

ATIQUE, Fernando, *Arquitetando a Boa Vizinhaça: Arquitetura Cidade e Cultura nas Relações Brasil-Estados Unidos 1876-1945*. Pointes Editores, Campinas, 2010.



BENMERGUI, Leandro. "The Alliance for Progress and Housing Policy in Rio de Janeiro and Buenos Aires in the 1960s", *Urban History*, vol. 36, n. 2, 2009, p.303-326.

BENMERGUI, Leandro, Habitação e Guerra Fria: a perspectiva transnacional para o estudo da favela carioca: história e questões urbanas in: GONCALVES, R; BRUM, M; AMOROSO, M (orgs), *Pensando as favelas cariocas*. História e Questões urbanas. PUC-Rio/Pallas, 2021, p.169-188.

CARDOSO, Aduino, *O programa Minha casa minha vida e seus efeitos territoriais*. Letra capital: Rio de Janeiro, 2013.

CRAVINO, Maria Cristina, Habitar nuevos barrios de interés social en el área metropolitana de Buenos Aires: el espacio construido por el Estado y vivido por los vecinos in ERAZO, J. (org), *Dimensiones del hábitat popular latinoamericano*. FLACSO Ecuador: Quito, 2012.

CONN, Stephen, "The squatters' rights of favelados", *Ciências Econômicas e Sociais*, nº2, 1968, p.50-142

DE SOTO, Hernando, *El outro sendero: la revolución informal*. Editorial La Oveja Negra, Bogotá, 1987.

DELGADILLO, Victor e JAJAMOVICH, Guillermo, La circulación de conocimientos, saberes y políticas urbanas en America Latina (introducción) in *Iberoamericana*, no 74, 2020, p.7-11.

GOLDRICH, Daniel, PRATT, Daniel e SCHULLER, C. R., The political integration of Lower-Class Urban Settlements in Chile and Peru, *Studies in Comparative International Development*, v.3, nº1, 1967.

GONÇALVES, Rafael Soares, *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito*. PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2013.

GONÇALVES, Rafael Soares, Bautès, Nicolas e MANEIRO, Maria, Informalidade urbana em questão, *O Social em Questão*, Ano 21, nº 42, 2018, p.9-26.

GONÇALVES, Rafael Soares, Aspectos materiais da informalidade como recurso urbano: o caso das favelas do Rio de Janeiro, *Cadernos de Geografia*, nº64, 2021, p.270-289.

GORELIK, Adrián, A produção da "cidade latino-americana", *Tempo Social*, v. 17, n. 1, 2005, p.111-133.

GORELIK, Adrián, Pan-American Routes:A Continental Planning Journey between Reformism and the Cultural Cold War, *Planning Perspectives*, v. 32, n. 17, 2017, p.47-66

HALL, Peter, *Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning and Design in the Twentieth Century*, Oxford: Blackwell Publishing, 1988.

HARDOY, Jorge y Satterthwaite, David, *La ciudad legal y la ciudad ilegal*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987.

HEALEY, Mark, Planning, Politics, and Praxis at Colombia's Inter-American Housing Lab, 1951-1966 in CHASTAIN, A e LOREK, T (orgs.), *Itineraries of Expertise: Science, Technology, and the Environment in Latin America's Long Cold War*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2020, p.199-216.

JAJAMOVICH, Guillermo. *Puerto Madero em movimento, un abordaje a partir de la Corporacion Antiguo Puerto Madero*, 1989-2017. Buenos Aires: Teseo Press, 2018.

JOSEPH, Gilbert, LEGRAND, Catherine, SALVATORE, R. (orgs.), *Close Encounters of Empire: Writing the Cultural History of U.S.-Latin American Relations*. Durham: Duke University Press, 1998.

KOWARICK, Lucio, *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KWAK, Nancy, *A World of Homeowners: American Power and the Politics of Housing Aid*. Chicago University Press: Chicago, 2015.

LEWIS, Oscar, *Antropología de la pobreza*. Fondo de cultura económica. México, 1972.

LOMNITIZ, Larissa, *Como sobreviven los marginados*. Siglo XXI, México, 1975.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio, A política na Favela, *Cadernos Brasileiros*, nº 41, 1967, p.35-47.

NOVICK, Alicia, La ciudad, el urbanismo y los intercambios internacionales, notas para la discusión. *Revista Iberoamericana de Urbanismo*, n.1, 2009, 4-13.

OFFNER, Amy, *Sorting Out the Mixed Economy: The Rise and Fall of Welfare and Developmental States in the Americas*. Princeton: Princeton University Press, 2019.

PEREIRA, Luiz (Org.). *Urbanização e Subdesenvolvimento*, 4. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

PRADILLA COBOS, Emilio (org), *Ensayo sobre el problema de la vivienda en América Latina*. México: Colección Ensayos Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco, 1982.

PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. New York: Routledge, 1992.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos, *Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, Museu Nacional/UFRJ, 1979.

SCHTEINGART, Marta (org) *Urbanizacion y dependencia en America Latina*. Buenos Aires: S.I.A.P., 1973.

SINGER, Paul, *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SINGER, Paul e CARDOSO, Fernando Henrique (org), *A cidade e o campo*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

TURNER, John, Uncontroled urban settlement: Problems and Policies, *International Social Development Review*, 1, 1968, pp. 107-130

TURNER, John, *Housing by People*. Towards autonomy in building environments. London: Marion Boyards, 1976.

VALLADARES, Lícia, A visita do Robert Park ao Brasil, o “homem marginal” e a Bahia como laboratório, *Caderno CRH*, v.23, n.58, 2010, p.35-49.

## Notas

- 1 Doutor em História e Civilização pela Université de Paris VII, pós-doutor em Antropologia pela EHESS. Professor associado do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Coordenador do Laboratório de estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS). Pesquisador da FAPERJ (cientista do Nosso Estado) e do CNPQ (Produtividade 1D), nº Orcid: 0000-0001-8887-8931, e-mail: rafaelsgoncalves@yahoo.com.br.
- 2 Doutor em História pela University of Maryland. Professor associado de História e Diretor do Programa de Estudos da América Latina, Caribe, e Latinxs e Diretor da Casa Purchase (Purchase College, State University of New York), nº Orcid 0000-0003-0281-2080, e-mail: Leandro.Benmergui@purchase.edu.
- 3 Graduada em ciências Antropológicas, mestrado em administração pública e doutora em Filosofia e Letras (com orientação em antropologia social) pela Universidade de Buenos Aires, pesquisadora CONICET/UNTDF-UNGS, nº Orcid 0000-0002-4082-9441, e-mail: mccravino@gmail.com